

Estudo analítico do Bem Viver: um modo de vida indígena e o desespero ocidental
Analytic study of Living Well: a indigenous way of living and the western despair
Estudio analítico de Bien Vivir: una forma indígena de vida y desesperación occidental

Recebido: 04/06/2020 | Revisado: 11/06/2020 | Aceito: 14/06/2020 | Publicado: 28/06/2020

Natália de Oliveira Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6610-4799>

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

E-mail: oliveiramelonatalia@hotmail.com

Timothy Denis Ireland

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2986-581X>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: ireland.timothy@gmail.com

Resumo

O presente texto é fruto das nossas inquietações acerca dos dilemas ambientais que passamos enquanto sociedade. O questionamento se inicia a partir do conceito indígena de Bem Viver que entende que ao discutir o futuro do planeta, essa discussão não pode ser reduzida à relação entre seres humanos e meio ambiente. Adentramos em investigar como esse conceito do Bem Viver emerge para a realidade ocidental, quais os caminhos foram percorridos e em quais direções. A pesquisa é essencialmente qualitativa, bibliográfica, e se classifica como sendo um estudo exploratório cuja finalidade é clarear conceitos e também criticá-los. E assim, concluímos que o Bem Viver aparece na pauta ocidental por meio de dois movimentos: a luta indígena pela afirmação desses povos como sujeitos de direitos, pela resistência contra uma constante colonialidade do poder e pela memória; e pelo que chamamos de “desespero ocidental” oriundo do caos socioambiental no qual nos encontramos em situação extrema.

Palavras-chave: Bem viver; Luta indígena; Desespero ocidental.

Abstract

The study emerge as a result of environmental dilemmas of our Society. The questioning starts concerning the indigenous Living Well concept, with argues the future of the planet as a broad discussion between Human beings and the environment. We investigate how the Living Well ideia comes up to Western reality, which paths and directions were taken. The research

is essentially qualitative, bibliographic and classify itself as an exploratory study, aiming clarify and criticize concepts. Therefore we conclude Living Well idea shows up on Western agenda through a couple of movements: The indigenous struggle of self statement and its rights, to resist against a constant coloniality of power and memory;. The other one is called “Western Despair” originated of socio-environmental chaos which we are living.

Keywords: Living well; Indigenous struggle; Western despair.

Resumen

Este texto es el resultado de nuestras preocupaciones sobre los dilemas ambientales que enfrentamos como sociedad. El cuestionamiento comienza con el concepto indígena de Buen Vivir, que entiende que cuando se discute el futuro del planeta, esta discusión no puede reducirse a la relación entre los seres humanos y el medio ambiente. Continuamos investigando como surge este concepto de Buen Vivir para la realidad occidental, qué caminos se tomaron y en qué direcciones. La investigación es esencialmente cualitativa, bibliográfica, y se clasifica como un estudio exploratorio cuyo propósito es aclarar conceptos y también criticarlos. Y así, concluimos que Buen Vivir aparece en la agenda occidental a través de dos movimientos: la lucha indígena por la afirmación de estos pueblos como sujetos de derechos, por la resistencia contra una constante colonialidad del poder y por la memoria; y por lo que llamamos “desesperación occidental” que surge del caos socioambiental en el que nos encontramos.

Palabras clave: Buen vivir; Lucha indígena; Desesperación occidental.

1. Introdução

As pautas ambientais têm tomado espaço nas discussões mundiais. A preocupação com o caos socioambiental que tem aumentando no século XXI estão tomando conta das reuniões de países de todo mundo virando, inclusive, pautas formais através de agendas internacionais, como é o caso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹. Essa Agenda em especial busca por meio de 17 objetivos para toda a humanidade viver um Desenvolvimento Sustentável. São 17 objetivos buscando mudança, transformação.

Em nosso campo de estudo, que é justamente esse caos socioambiental, nos embasamos em fontes e teorias das Epistemologias do Sul, que é um termo do autor

¹ A Agenda2030 para o Desenvolvimento Sustentável pode ser lida em: <http://www.agenda2030.com.br/>

Boaventura de Sousa Santos (2007) que busca valorizar a produção, o fazer de territórios que são historicamente marginalizados, como é o caso da América Latina. Nessa nossa escavação acadêmica e científica relacionada às questões ambientais, encontramos o Bem Viver. Buen Vivir como vem sendo reconhecido na América Latina, que se trata de um conceito oriundo das tradições indígenas, que na língua quíntua é “Sumal Kawasay” e que em nossa tradução podemos chamar de Bem Viver.

O desafio é grande de trazer para a academia um conceito que antes de tudo é vivência para um determinado coletivo. É nesse desafio que nos debruçamos, pois o Bem Viver antes de ser conceituado por autores, tem sido vivido por comunidades indígenas. É importante nos atentarmos que o Bem Viver enquanto conceito está nos seus primeiros momentos de construção. Acosta (2016) esclarece esse ponto quando coloca que o Bem Viver não é o resultado de algo, não é um fruto de um trabalho, resultando em uma alternativa já elaborada e findada, nem se trata de um conceito indiscutível. Ao trazermos para o presente texto teórico o conceito do Bem Viver, o colocamos como inacabado.

Pode ser que na história oral dos povos indígenas, o Bem Viver esteja mais consolidado. Mas, em termos de literatura, ainda se vê que as pessoas estão tentando entender. Estamos buscando compreender em terrenos teóricos do que se trata o Bem Viver. E como texto teórico, o que estamos nos dispondo a fazer é uma leitura analítica do que se tem estudado sobre o tema, e, nesse processo, perceber quais são os princípios que sustentam essa visão de mundo que é o Bem Viver. A sensação que temos é essa: de começar a passear por terrenos que não conhecemos, que não temos propriedade. Para nós, enquanto coletividade urbanizada e acadêmica, o Bem Viver é uma novidade: estamos nos primeiros momentos de familiarização. Gudynas (2011, p.1) diz: “el Buen Vivir en este momento está germinando en diversas posturas en distintos países y desde diferentes actores sociales, que es un concepto en construcción, y que necesariamente debe ajustarse a cada circunstancia social y ambiental”. O Bem Viver não se desdobra em todo contexto da mesma forma, pois não se trata de uma abordagem padrão. Cada realidade irá vivenciá-lo (ou não) à sua maneira. Nossa atenção no momento concentra-se em buscar trazer para o campo teórico da conceituação os estudos que estão sendo desenhados acerca do Bem Viver.

Nos deparamos com o Bem Viver enquanto experiência de vida indígena, onde todas as formas de vida merecem respeito. No Bem Viver, todas as experiências de vida vivem em harmonia, como Fernández (2016) aborda. Para nós, ocidentais, trata-se de uma ideia mobilizadora, diferente de tudo que já experimentamos e vivemos enquanto sociedade. E quanto mais lemos e nos aproximamos academicamente do Bem Viver, percebemos o quanto

ainda temos que aprender com essa ideia de vida. No entanto, nessa aproximação sentimos a necessidade, enquanto pesquisa científica, de compreender o caminho do Bem Viver até os espaços ocidentais. Porque mediante nossos estudos fica claro que o Bem Viver antes de ser conceito e/ou teoria é modo de vida milenar indígena. Mas, como essa experiência de vida milenar só é percebido por nós, ocidentais, no século XXI? Ou foi percebido antes? Se sim, como foi esse caminho? Foi por meio da política ou dos indígenas? Ou foi através de estudos antropológicos?

É nesse cenário que emerge o presente artigo, que é fruto dos nossos estudos, mais especificamente falando, da nossa dissertação. No presente texto temos como questão orientadora: Quais os caminhos que trazem o Bem Viver à percepção Ocidental? Para isso, colocamos como objetivo geral: Perceber quais os caminhos trazem o Bem Viver à percepção Ocidental. No intuito de caminharmos para o objetivo proposto, elencamos como objetivos específicos: Fazer um recorte histórico da luta indígena na América Latina e Analisar o “desespero ocidental” devido ao caos socioambiental próprio do século XXI.

2. Metodologia

Um primeiro elemento da nossa metodologia que merece destaque é que esse texto é fruto da nossa pesquisa de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O objeto dos nossos estudos tem sido Direitos Humanos, questões ambientais e Bem Viver. Nossa pesquisa se configura de uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, como Minayo (1994) aborda, análise de forma mais profunda os dilemas das relações humanas. E essa análise se desenvolve por teorias, conceitos e não números. Quantificar aquilo que é essencialmente qualificável, fere as ciências sociais.

Nossa pesquisa parte do princípio da pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica emerge como uma nova perspectiva do objeto em questão, um novo olhar fruto de um trabalho de pesquisa. Como podemos perceber, Marconi & Lakatos (2017) dizem: “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (p. 63). Trata-se de um novo olhar, uma nova abordagem na qual tudo o que já foi produzido tem lugar importante no processo, ou seja, as teorias. Estas na pesquisa bibliográfica têm lugar importante.

As teorias, os conceitos de lugar de partida e de chegada das nossas investigações. Concordamos com Streck (2009) quando este nos diz que os conceitos são instrumentos para a leitura de nosso mundo. O objeto essencial das ciências sociais é o mundo, figurado nas relações humanas, nas interações sociais. Os conceitos então nos aparecem como ferramenta metodológica para auxiliar a compreensão desse mundo, no recorte que cabe a cada estudo, claro. Em nosso caso, nos utilizaremos de diversos conceitos para compreender o Bem Viver e como este emerge no cenário ocidental.

Nosso estudo se faz na modalidade de pesquisa exploratória, que através das teorias explicativas analisam o objeto em questão. Segundo Haguette (2001), as questões epistemológicas e metodológicas nas ciências sociais estão vinculadas às teorias explicativas. Teorias estas que o pesquisador elege como importantes para a sociedade, na sociedade. Essas teorias precisam ser avaliadas e utilizadas na medida em que mostram suas plausibilidades. Nesse sentido, as metodologias qualitativas na sociologia emergem como instrumento de combate ao paradigma estrutural, através da necessidade de perceber a sociedade como uma estrutura que está em movimento, individual e coletivo. Não se trata de aplicar a mesma metodologia a toda e qualquer sociedade, mas sim perceber qual é a melhor metodologia para determinado contexto, e aplicá-la de maneira sensível.

Como técnica de coleta de dados elencamos textos que foram produzidos acerca da nossa temática, o Bem Viver. Para compreender como este emerge no mundo ocidental, organizamos nossos estudos a partir de duas áreas, nos baseando em Marconi & Lakatos (2017), a luta do movimento indígena no contexto específico da América Latina, e o movimento do ocidente através do que chamamos de “desespero ocidental” tendo em vista o caos socioambiental que estamos imersos.

Para analisar os dados que colhemos nos utilizamos da técnica da hermenêutica dialética de Minayo (1994). Nessa técnica compreende-se que o objeto em questão está inserido em determinado tempo e espaço, que o pesquisador nunca tem um olhar imparcial sobre o objeto, esse olhar é carregado inevitavelmente por sua subjetividade, e por fim, compreende-se que as técnicas de pesquisa não são a explicação total dos dilemas das interações humanas.

3. Resultados e Discussão

No processo de pesquisa bibliográfica do Bem Viver percebemos que todos os documentos só começam relatando sobre o que é o Bem Viver, a parte mais excêntrica, mas

ninguém apresenta essa perspectiva histórica. Entender como surge, como e quando começou a ser conceituado é parte imprescindível do processo de aproximação com o Bem Viver e, por isso, sentimos, enquanto pesquisadora, a necessidade de aprofundar essa questão pouco desenvolvida nos textos acadêmicos. Juntaremos a questão histórica à própria questão do Bem Viver, sob a visão indígena. Esse levantamento histórico faz parte do percurso do presente texto de entender como que o Bem Viver foi percebido pela vida ocidental? Quem começou realmente a introduzi-lo? Foram intelectuais orgânicos dos povos indígenas? Ou foram pesquisadores antropólogos que numa possível pesquisa etnográfica se deparam com o Bem Viver?

Quando colocamos no presente texto que estamos abordando a construção histórica do Bem Viver, é a sua construção histórica enquanto conceito, não enquanto vivência. Pois enquanto vivência o Bem Viver é milenar. Já enquanto conceito adentrando no espaço ocidental é novo, podemos assim dizer.

Observamos que a introdução do conceito Bem Viver no mundo ocidentalizado se faz por dois movimentos: através da luta indígena dos povos latino- americanos e como parte de uma espécie de “desespero ocidental” (chamaremos assim) do mundo ocidentalizado tendo em vista o colapso ambiental que está atingindo seu auge no século XXI.

3.1 A luta indígena

O movimento da luta indígena que começou a dar visibilidade ao Bem Viver através de um resgate indígena, se desdobra entre se afirmar como coletividade que deve ter seus direitos garantidos como também uma luta de resistência à uma constante colonização. Bem Viver também conhecido como *Sumak Kawsay* (dos povos Kíchwa); *Suma Qamaña* (dos povos Aymara), ou *Nhandereko* (dos povos Guarani), são expressões de um mesmo modo de viver dos povos indígenas. Pensar em Bem Viver é resgatar essa cosmovisão:

Para falar do Bem Viver, é preciso recorrer às experiências, às visões e às propostas de povos que, dentro e fora do mundo andino e amazônico, empenharam-se em viver harmoniosamente com a Natureza, e que são donos de uma história longa e profunda, ainda bastante desconhecida e, inclusive, marginalizada (Acosta, 2016, p.19).

O que nós, raciocínio ocidental, conhecemos por Bem Viver é o que os povos tradicionais nos apresentam por Bem Viver. O Bem Viver sempre existiu enquanto prática dos povos indígenas, porém era desconhecido para a sociedade ocidentalizada. Esse modo

de vida começa a ser conhecido ocidentalmente num momento em que os povos indígenas começam a se colocar como povos sujeitos de direitos. E um dos movimentos de se colocarem é resgatando suas práticas milenares, suas essências enquanto comunidades tradicionais. Esse movimento de regresso dos povos indígenas se dá numa espécie de valorização de sua história enquanto povo. Quijano (2000) coloca que regressar às origens se caminha na valorização do próprio povo, reconhecendo sua importância e se enxergando como realmente o são, e não como a colonização o diz que são. Essa dinâmica começa a se desenhar no final do século XX e início do século XXI.

Para além da ideia de resgatar para dar visibilidade à causa indígena, esse caminho de recuperação se faz como forma de ir de encontro à uma ideia de competitividade entre as vidas, e foi um dos primeiros momentos em que o movimento indígena resgatou o Bem Viver para uma discussão ocidentalizada. Alicia & Félix (2016) trazem que no final dos anos 90 e início dos anos 2000, o Bem Viver resgatado emerge na Bolívia através de líderes indígenas, como Idon Chivi², para combater a ideia de “viver melhor” que estava começando a ser propagado pelo governo de Hugo Banzer³ e Tuto Quiroga⁴. Tal perspectiva vai se ampliando para além da Bolívia, e começa a se espalhar pela América Latina, como no Equador, que segundo Moraes & Sorrentino (2017), o resgate do saber indígena gera influências nas políticas públicas em que os direitos da natureza foram considerados na Constituição Federal, e assim, trata-se de um momento inédito no mundo. Tal organização indígena que se inicia na Bolívia, enquanto território, pode ser percebida com o grupo Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK) e o Movimento Índio Katari (MITKA), como Gutierrez & Lorini (2007) abordam. Outro momento em que essa organização indígena pode ser percebida foi na guerra da água⁵, em que os indígenas tiveram participação importante e pode-se perceber a atuação indígena na dinâmica das políticas públicas da Bolívia.

Já no Equador a questão indígena ganha força através da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie). Na década de 1980 e 1990 essa

² Ativista indígena. É advogado e foi membro da representação presidencial da Assembleia Constituinte e assessor das Comissões de Visão da Bolívia. Diretor Geral Atual da Administração Pública Plurinacional.

³ General e político, de extrema direita, boliviano, presidente da República por duas vezes em 1971 como ditador e em 1997 como presidente constitucional.

⁴ Vice-presidente mais jovem da Bolívia em 1997 e presidente em 2001 após renúncia de Hugo Banzer.

⁵ Para saber mais sobre a atuação do movimento indígena nesse contexto histórico mencionado, ver Gutierrez & Lorini (2007); e Pfrimer (2008).

organização, que foi criada em 1986, representava as lutas dos povos tradicionais do país, se tornando uma das mais fortes organizações da América Latina, como Sousa (2015) coloca. A pauta reivindicava mudanças políticas através de uma reestruturação político-administrativa, como também da adoção do caráter multiétnico e plurinacional do Equador. Como um evento de manifestação indígena que foi um marco histórico no Equador, o Levante de Inti Raymi⁶ em junho de 1990 foi um divisor de águas para o país, pois a partir dessa manifestação, a década de 1990 foi seguida de outras movimentações indígenas que reivindicavam o direito indígena no Equador.⁷

Esse movimento que tanto na Bolívia como no Equador (que são os mais perceptíveis no que diz respeito a questão indígena), acontecem dentro de um cenário maior da América Latina. Tal reconhecimento dos povos tradicionais se desenha num cenário em que os países da América Latina começam a eleger governos mais progressistas. No Brasil com Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), Venezuela com Chávez (1999-2013), Bolívia com o Evo Morales (2006-2019) e no Equador com Rafael Correa (2007-2017). Então, um cenário de avanço em conquistas por parte dos movimentos sociais se desenha não só no cenário da Bolívia e Equador, mas na América Latina⁸. O fato de Evo Morales, presidente da Bolívia, ser indígena é claramente importante. Porém tanto no Equador, como na Bolívia, existe uma certa manipulação da cultura indígena para fins políticos, infelizmente, que atendem aos interesses do capital.

Continuando nessa época entre final dos anos 90 e início dos anos 2000, a questão de Desenvolvimento Sustentável começa a atingir seu auge. No que diz respeito ao Bem Viver emergindo através do resgate e posicionamento indígena, nesse período há uma primeira articulação entre movimento indígena e ocidentais ecologistas no marco da ECO-92, Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro em 1992, onde, segundo Bengoa (2009), as organizações indígenas assumem uma postura mais política e ecológica e as articulações começam a se

⁶ Também conhecido como Festa do Sol, trata-se de uma comemoração herdada dos povos Incas e que acontece no solstício de inverno, que representa o início do ano solar, segundo Sousa (2015).

⁷ Para saber como mais detalhes do movimento indígena no Equador, há uma obra do brasileiro Sousa (2015) onde ele aborda “Movimento Indígena no Equador: a Conaie na conformação de um projeto de Estado (1980-2000)”.

⁸ Para aprofundar os estudos sobre os ascensão de governos progressistas na América Latina, ver Gaudichaud (2016); Fuser (2018)

desenhar, por volta dos anos 2000, no momento em que está em foco pensar sobre acumulação, desenvolvimento e meio ambiente.

Alguns documentos foram produzidos oriundos da ECO-92 (Carta da Terra, A Declaração de Princípios sobre Florestas, A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21). Não é foco do presente texto fazer um estudo analítico e crítico de tais documentos, porém, os consultamos para perceber a influência indígena dado o contexto de construção da participação política indígena que estamos fazendo nesse momento. Devido ao cenário de maior atuação indígena, percebemos uma influência na produção de tais documentos, como por exemplo, na Carta da Terra (1992) um dos princípios é “Respeitar e cuidar da comunidade da vida”, que se desdobra em: “assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum” (p.2). Essa noção de coletivo, de bem comum é fruto de uma visão de mundo indígena expressa no Bem Viver e que reflete a influência indígena na ECO-92.

Uma outra expressão indígena que podemos perceber é no documento Declaração de Princípios sobre Florestas, em que há esse olhar mais atento para as questões florestais. No preâmbulo o texto traz: “questões e oportunidades florestais devem ser examinadas de uma forma holística e forma equilibrada no contexto geral de meio ambiente” (ONU, 1992, p. 1). Essa questão de perceber as coisas de maneira holística passando pelo equilíbrio é um dos princípios do Bem Viver que emergem na prática de vida dos indígenas e que foi apropriado por esse texto produzido na ECO-92. Com mais esse exemplo, começamos a perceber de forma mais concreta a participação indígena no final do século XX.

Na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) percebemos também indícios dessa influência indígena. Evidente que um estudo mais detalhado de tais artefatos nos darão embasamentos mais profundos da temática em questão. O nosso olhar está sendo um olhar mais pontual, procurando de maneira objetiva essa participação indígena, tendo em vista que o objeto do nosso estudo é o Bem Viver. E assim, encontramos nesse referido documento, no princípio 22, o seguinte posicionamento:

Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável (Brasil, 1992, p. 4).

Para além da questão da participação indígena, também percebemos um olhar para valorização indígena, que é fruto dessa resistência indígena que abordaremos nessa pesquisa. A participação indígena também se desenha pela reivindicação e posicionamento dessa comunidade como sujeitos de direitos. Percebemos esse elemento no referido documento que trazemos de forma sucinta para a discussão.

Como último documento da ECO-92, apontamos a Agenda 21 e Biodiversidade (1992). Tal documento também tem sua contribuição indígena, como também esse olhar de valorização da comunidade indígena:

Respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade, além de incentivar a participação dos detentores desse conhecimento, dessas práticas e inovações (art. 8 j) (Brasil, 1992, p.19).

Tais documentos da ECO-92 refletem de maneira documental a construção que o movimento indígena estava fazendo nesse período. Mesmo havendo muito o que se avançar em tais documentos, é perceptível a influência indígena na construção dos mesmos. Não só pela força e resistência dos povos indígenas, mas também por uma crise ambiental e o cenário de governos progressistas assumindo o poder no contexto geográfico da América Latina. Todos esses elementos em conversação são importantes na construção do conceito do Bem Viver no mundo ocidental. Logo, há dois movimentos importantes nesse período que contribuíram para o Bem Viver adentrar no espaço ocidental: a ascensão dos povos indígenas no território latino americano e uma percepção desses povos por parte de uma realidade mais ocidental. O cenário da América Latina de valorização e resgate dos povos indígenas se desenha da seguinte maneira:

En el ámbito latinoamericano, el reconocimiento del derecho indígena se infiere del reconocimiento de los poderes judiciales de las autoridades indígenas. Las constituciones de siete países latinoamericanos han reconocido los poderes en la denominada jurisdicción indígena de conformidad con sus “instituciones” (Brasil), “normas y procedimientos” (Colombia, Ecuador y Venezuela), “costumbres y procedimientos” (Bolivia), “costumbres o derecho consuetudinario” (Ecuador), “normas consuetudinarias o derecho consuetudinario indígena” (Paraguay) os “sistemas normativos” (México) (Peña & Mireya, 2007, p. 203).

Há uma movimentação na América Latina: percebemos isso nos textos estudados. Os povos indígenas no caminho de resgatar suas práticas, o fazem através do reconhecimento e da memória. A memória é importante na construção histórica do Bem Viver no Ocidente porque resgata os saberes milenares dos povos indígenas, sendo a força necessária para o futuro. O Bem Viver como projeto em elaboração, especialmente no Ocidente, precisa da intervenção da memória do passado como desejo para uma mudança no futuro, através do diálogo intercultural. É fundamental o papel da memória para o Bem Viver, pois “curiosamente también, esta propuesta no se inspira en lo más moderno y actual, según el grito de las modas mercantiles, sino en la sabiduría de lo más antiguo y ancestral de los pueblos originarios de las Américas” (Ibañez, 2011, p. 3). As formas de vidas milenares dos povos indígenas precisam de reconhecimento. O processo de resgate que se desenha na América Latina nos anos 90 se faz para além da memória, mas também, e igualmente importante, para o reconhecimento.

Esse movimento de resgate, de memória e de reconhecimento dos povos indígenas na América Latina é o primeiro passo no processo da conceituação do Bem Viver no ocidente. E tal movimento se desenhou através de debates, fóruns e reuniões em áreas andinas, como Alicia & Félix (2016) colocam, sendo iniciado precisamente pelo movimento indígena equatoriano e boliviano. O reconhecimento se faz concreto também através de processos formais. O Bem Viver começa a ser percebido e valorizado no Ocidente quando os povos indígenas têm seu devido reconhecimento garantido em aparatos jurídicos. Peña & Mireya colocam que o reconhecimento do direito indígena se faz também pela legitimidade das autoridades tradicionais e que: “El reconocimiento constitucional de la diversidad étnica y cultural es uno de los cambios fundamentales que la mayor parte de los estados latinoamericanos ha experimentado en las últimas décadas” (2007, p.202). Esse reconhecimento tem sido um marco para o movimento indígena, e para o Bem Viver foi uma porta de entrada para as discussões ocidentais.

O Bem Viver também começou a adentrar em espaços ocidentais de discussões através do movimento de resistência dos povos indígenas tradicionais. Ao passo em que os povos indígenas revisitavam o Bem Viver para discussões atuais numa espécie de resgate, o movimento de resistência também se desenhava e gera importante contribuição no processo. “Bem Viver é um termo que vem sendo difundido pelos povos tradicionais da América Latina e é, provavelmente, a formulação mais antiga na resistência indígena da América contra a “colonialidade” do poder” (Moraes & Sorrentino, 2017, pp.142-143). Os povos indígenas não resistiram apenas ao tempo, mas sim a uma conjuntura de colonialismo que

em nada dialogam com o Bem Viver. Perceber essa força da resistência dos povos indígenas é imprescindível no caminho de se aproximar do Bem Viver. Esse movimento de resistência contra a colonialidade do poder é fundamental, pois é impossível discutir resistência sem entrar nessa discussão, tendo em vista que são duas formas de produzir conhecimento que estão em confronto, como também são duas formas de conhecer o mundo.

O conceito de colonialidade do poder ao qual os povos indígenas resistem há mais de 500 anos é fundante no processo de construção histórica ocidental do Bem Viver. O autor peruano Quijano (2000) discorre sobre esse conceito e o quanto ele é forte na América Latina tendo em vista que esse território é marcado pela exploração e abuso do poder. Resistir à essa colonialidade (que foi na época das colonizações, mas também é hoje), é central nos povos indígenas, sendo o ato mais contra hegemônico dessa comunidade, significando valorização do povo, resistência, ato político, revolução, e por isso é tão importante para o presente texto.

São cinco séculos de colonização, são cinco séculos de resistência. Essa resistência indígena se faz com um olhar esperançoso para o futuro, acreditando que a cosmovisão de mundo que carregam podem contribuir para os debates globais. É preciso pensar na resistência, pois “não há como escrever sobre esta questão a partir de um reduto acadêmico isolado dos processos sociais, sem nutrir-se das experiências e das lutas do mundo indígena” (Acosta, 2016, p. 20). Não há como pensar em Bem Viver sem se debruçar sobre a realidade indígena. Sem perceber que a resistência desses povos tradicionais sustentou o Bem Viver de modo que este teve condições de chegar ao universo ocidental. Foi e é pela luta e resistência indígena que os valores e as formas de vida dos indígenas, do Bem Viver se perpassaram por esses mais de 500 anos de colonização.

Uma palavra geradora que emerge dos estudos a partir da ideia de resistência do movimento indígena é luta. Luta indígena. Para melhor entender esse território, sentimos a necessidade de entender a luta indígena pelo olhar indígena, e nessa fala percebemos a ideia que sustenta a perspectiva de resistência e luta do movimento: “...luchamos por restablecer nuestros modos de vida y que este sea un ejemplo para el mundo entero” (Moreno, 2012).⁹ A luta de resistência tem essa perspectiva educadora e coletiva. Educadora porque pode ser

⁹ Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), rede de organizações indígenas da Bolívia (CONAMAQ), Equador (ECUARUNARI), Peru (CIAP), Colômbia (ONIC) e ampliando sua ação na Argentina e Chile. Tem aliança com o Conselho Continental da Nação Guaraní (GUARANÍ) que envolvem Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil. Fundada no Congresso Fundacional realizado em Cusco, em 2006. Website: <http://www.coordinadoracaoi.org/>. Acesso em: 30 mar. 2019.

um meio de inspirar outras realidades a se manterem em resistência frente a cenários de marginalização. E coletiva porque percebe as contribuições da luta não apenas para a realidade indígena, mas para toda uma coletividade.

Essa perspectiva de coletividade presente na luta indígena foi incentivadora para o Bem Viver chegar a territórios ocidentais. Pois a comunidade indígena busca uma realidade harmônica para todas as formas de vida, e não apenas para as comunidades tradicionais:

Pero quizás el más sobresaliente sea el movimiento indígena continental, que no se contenta con la lucha por la tierra y el territorio, por la autonomía étnico-cultural o por la institución de Estados plurinacionales, que ya son asuntos mayores, sino que ahora defiende y propone el “buen vivir”, no sólo para ellos mismos sino como un aporte al mundo entero que está urgido de refundar la convivencia humana (Ibañez, 2011, p.3).

A luta e resistência indígenas são maiores que as lutas por territórios (que são mais que válidas, é questão de direito). A luta e resistência indígenas são para trazer para o modo de vida ocidental uma possibilidade de realidade. Logo, a luta dos povos indígenas tem seu papel político, em que Barragán et al. (2016) colocam que acontece por dois caminhos: por uma resistência contra um sistema neoliberal, como também por luta por direitos.

Um símbolo dessa resistência que trouxe visibilidade ao Bem Viver, foi o V Centenário do “Descobrimento da América”¹⁰ celebrado em 1992. Bengoa (2009) diz que no momento em que os povos indígenas se negaram a aceitar participar de um evento que enaltece uma prática colonial, esse movimento se tornou um marco de resistência e de resgate das identidades dos povos tradicionais. Esse exemplo que trouxemos como resistência ativa nos mostra os caminhos que o Bem Viver percorreu até chegar ao cenário ocidental. Esse percurso histórico em muito é importante para compreender o universo do Bem Viver.

Como último movimento indígena na construção histórica do Bem Viver no ocidente, destacamos o fortalecimento dos povos tradicionais, da cosmovisão de mundo que os sustenta. O Bem Viver nesse movimento de se fazer conhecido através dos povos indígenas, fortalece os povos indígenas. E os povos indígenas nesse movimento de trazer o Bem Viver para as discussões ocidentais, fortalece o Bem Viver, e assim fortalece uma visão de mundo pautada na harmonia:

¹⁰ No dia 12 de outubro é comemorado o dia do descobrimento da América quando por alguns é celebrado a chegada de Cristovão Colombo na América, e por outros uma data em que se rememora o genocídio indígena.

Uma das diretrizes que percorre e outorga uma maior vitalidade ao atual giro ecoterritorial é a do Bem Viver, *sumak kawsay*, ou Viver Bem, *suma qamaña*, vinculado à cosmovisão indígena andina. Sem dúvida, é um dos motes mais mobilizadores, que tende a substituir outros (como a justiça ambiental), e opera como uma espécie de horizonte emancipatório que aponta para construir pontes entre passado e futuro, entre matriz comunitária e olhar ecologista (Svampa, 2016, p.152).

O Bem Viver energiza essa esperança de uma realidade social e ambiental harmonizada. E assim, aproxima realidades que por anos estão separadas, como o mundo ocidental e a realidade dos povos tradicionais. O Bem Viver nesse fortalecimento torna-se um possível ponto de encontro e discussões entre os diversos mundos e realidades. E a América Latina, em especial, tem sido o território em que esse enlace vem acontecendo. Lander (2016) coloca que essas duas últimas décadas têm sido de maior atividade nesse sentido. As discussões, encontros, eventos e mobilizações contra uma forma de vida de exploração, estão sendo mais aprofundadas e estudadas.

Esse fortalecimento dos povos indígenas, e assim do Bem Viver se deu também pela via da autonomia jurídica desses povos. Peña & Mireya colocam que essa autonomia emergente no cenário da América Latina faz parte de uma tendência desse território, que valida não só leis indígenas por ordem jurídica do Estado, “sino también el reconocimiento de la competencia jurisdiccional de sus autoridades tradicionales” (2007, p. 2016). Essa dinâmica presente na América Latina não só percebe os povos indígenas como povos sujeitos de direitos, mas os reconhece e os respeita como sujeitos ativos e detentores de grandes sabedorias, como o Bem Viver.

Esse fenômeno pode ser conhecido como a “emergência indígena”. Bengoa (2009) utiliza essa expressão para se referir a um fenômeno sociopolítico e cultural na América Latina pelo qual os povos indígenas estão se fazendo presente através de suas identidades, expressões e reivindicações. Nessa fase, que vem acontecendo desde o final do século XX e início do século XXI, “los indígenas buscarán apropiarse como ciudadanos étnicos de los instrumentos e instituciones del Estado y no retraerse a sus comunidades originarias en una suerte de repliegue o de “auto apartheid” (Bengoa, 2009, p.7). É exatamente nesse cenário histórico que o Bem Viver começa a ser conhecido pela realidade ocidental, através da luta pelo fortalecimento dos povos indígenas.

A nossa aproximação com o Bem Viver não foi um caminho construído ocidentalmente, nem acidentalmente. É fruto da vivência, engajamento e luta indígena. Se estamos nos familiarizando com o Bem Viver é porque por séculos esses povos têm

resistido ao tempo e as diversas colonizações. Em virtude de um primeiro passo dado por esses povos, é que a estrada do Bem Viver em outras situações não indígenas está se construindo. “As mobilizações e rebeliões populares – especialmente a partir dos mundos indígenas equatoriano e boliviano, caldeirões de longos processos históricos, culturais e sociais – formam a base do que conhecemos como *Buen Vivir*” (Acosta, 2016, p. 23).

No percurso do presente texto acreditamos ser importante deixarmos o espaço indígena bem posto na história do Bem Viver. Tal posicionamento se direciona na perspectiva de protagonizar os povos indígenas na sua própria história e na construção história do Bem Viver, que estamos no propondo a expor aqui. Usurpar esse lugar de protagonismo indígena seria uma forma (mais uma, dentre as várias cometidas durante séculos), de violentar esses povos.

3.2 Desespero ocidental

É importante sinalizar que essa construção histórica do Bem Viver tem protagonismo nos povos indígenas, porém, a realidade ocidental “abriu os olhos” para essa forma de vida por uma razão: o caos socioambiental do século XXI. Mediante a participação indígena nas discussões políticas, como vimos anteriormente, Alicia & Félix (2016) colocam que tais participações deram condições para os povos indígenas conquistarem seus direitos, como também exporem suas demandas. E durante esse movimento latino-americano dos povos indígenas se colocarem, a realidade ocidental começa a perceber nessa realidade uma possibilidade de solução para o desgaste sócio ambiental da modernidade, e assim, o Bem Viver começa a aparecer como “plataforma para discutir, consensualizar e aplicar respostas aos devastadores efeitos das mudanças climáticas e às crescentes marginalizações e violências sociais” (Acosta, 2016, p. 33). O Bem Viver evidencia as nossas crises sociais, econômicas e ambientais próprias de uma forma de vida ocidentalizada pautada no capitalismo.

Antes de ser incorporado às discussões acadêmicas e científicas do ocidente, o Bem Viver chega nesse espaço em forma de pauta política. Alicia & Félix (2016, p. 94) dizem: “El Suma Qamaña como podemos ver, surge con una gran carga política y ética de larga duración, en disputa con el modelo neoliberal que se implementa en Bolivia en esos años y que posteriormente va a detonar grandes movilizaciones desde el año 2000”. O Bem Viver é uma postura de vida que vai de encontro ao sistema neoliberal que o ocidente conhece. A partir da movimentação indígena que se desenha no final do século XX e que resulta na

incorporação dos direitos indígenas em constituições de países latino-americanos, como Bolívia e Equador, o Bem Viver começa a ganhar terreno nas movimentações do século XXI, primeiro numa pauta política.

Posteriormente, numa pauta mais acadêmica e científica, o Bem Viver começa a percorrer sua trajetória. Nesse espaço o Bem Viver vai se desenhando como conceito em construção, como Svampa (2016) aborda. O exercício se faz em perceber o Bem Viver como experiência de vida e arriscar percebê-lo nos moldes de conceituação para adentrar no espaço acadêmico. Nessa dinâmica não há nada posto. Se na perspectiva de vivência o Bem Viver não cabe ser posto como algo acabado, no espaço acadêmico, em que este é um artefato “novo”, a conceituação está nos seus primeiros passos. Concordamos com Ibañez (2011, p. 3):

Curiosamente, esta utopía en proceso de construcción no proviene de las élites iluminadas que han salido de la caverna platónica, sino más bien de los que viven en el fondo de la caverna, encadenados en el inframundo, pero que ahora luchan por una emancipación que signifique un vivir bien y en plenitud.

Entendendo esse caminho construído, podemos avançar em se aproximar do Bem Viver, tanto como experiência de vida, quanto conceito. Nos espelhamos em Meschkat (2016, p. 337) quando este coloca que o Bem Viver oriundo das tradições indígenas: “ajude-nos a superar noções de progresso e desenvolvimento, baseadas na exploração ilimitada da Natureza”. A aproximação com o Bem Viver é muito mais numa perspectiva de conhecê-lo e assim aprender a viver com o mesmo, do que de estigmatizá-lo e colocá-lo em parâmetros acadêmicos. E assim, após fazer essa construção histórica do Bem Viver, nos sentimos seguros em continuar nossos estudos agora abordando analiticamente o Bem Viver.

4. Considerações Finais

Chegamos ao final do nosso texto. E percebemos que nesse momento temos algumas considerações. A primeira diz respeito ao que nos aproximamos do que nos parece ser o encontro do Bem Viver com a experiência do ocidente. Não o surgimento do Bem Viver enquanto prática, porque este é milenar, mas do Bem Viver enquanto elemento percebido pelo mundo ocidentalizado, tanto na academia quanto nas práticas políticas. O Bem Viver chega nesse espaço através da luta indígena dos povos latino-americanos, pela afirmação desses povos como sujeitos de direitos, pela resistência contra uma constante colonialidade do poder

e pela memória. E no que diz respeito à América Latina, dois países são importantes nesse cenário: Bolívia e Equador. Esses dois países foram os primeiros locais onde a luta indígena foi percebida, dialogando assim com os demais países no momento em que governos progressistas começam a assumir o poder na América Latina.

Outro ponto secundário que traz o Bem Viver ao mundo ocidental é a crise ambiental própria do século XXI. Com o avanço de luta indígena e com a visão de mundo desses povos sendo mais percebida, o Bem Viver evidencia a gravidade da crise social, econômica e ambiental oriunda de práticas de vida ocidentais pautadas no capitalismo. O Bem Viver adentra no espaço ocidental antes de mais nada pela luta indígena, pelo cenário político da América Latina e por essa crise socioambiental que vimos durante nossos estudos.

Verificamos que o caminho que trilhamos e vislumbramos as possibilidades a serem percorridas. Inevitavelmente nos surge o desejo de perceber alguma realidade que viva o Bem Viver. Pensamos se em nosso país existe alguma comunidade que tenha em sua prática o Bem Viver. Outra questão para uma futura pesquisa seria analisar a presença (ou não) de diretrizes do Bem Viver nas políticas públicas brasileiras, tendo em vista que esse universo do Bem Viver nos tem chamado atenção. Enfim, como dissemos, as inquietações ao final do caminho são outras nos mostrando que o caminho está aí para ser trilhado em busca de uma sociedade dos Direitos Humanos e Bem Viver.

Referências

Acosta A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante.

Alicia, G., & Félix, C. (2016). Las mujeres indígenas y en buen vivir. *Revista Internacional sobre Investigación en Educación Global y para el Desarrollo*, 10, 93-103, set.

Barragan, M., et al. (2016). Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G. et al. (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia, Elefante: 89-120.

Bengoa J. (2009). ¿Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina?. Cuadernos de Antropología Social, n. 29: 7-22.

Brasil. (1992). Ministério do Meio Ambiente. Carta da Terra. Retirado de <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra.html>

Brasil. (1992). Ministério do Meio Ambiente. Carta da Terra. 1992. Retirado de <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra.html>

Fernández, B. (2016). Educación popular y “buen vivir”: interacciones en lo pedagógico. Revista Internacional sobre Investigación en Educación Global y para el Desarrollo, 10: 15-28.

Fuser, I. (2018). Conquistas e fracassos dos governos progressistas: elementos para o balanço de um ciclo político que se recusa a morrer, Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea. 5, 8.

Gaudichaud, F. (2016). Fim de ciclo na América do Sul? Movimentos populares, governos “progressistas” e alternativas. *Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), 20, 52-65.

Gudynas, E. (2011). Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. América Latina em Movimento, Quito, 462: 1-20.

Gutierrez, C. J., & Lorini, I. (2007). A trilha de Morales: novo movimento social indígena na Bolívia. Revista Novos Estudos, São Paulo, 77: 49-70.

Haguette, T M F. (2001). Metodologias qualitativas na Sociologia. 3 ed. Petrópolis: Vozes.

Ibañez, A. (2011). Um acercamiento al buen vivir. Xipe Totek, 21, 1.

Lander, E. (2016). Com o tempo contado: crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. In: DILGER, G. et al. (orgs.). Descolonizar o

imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia, Elefante: 214-255.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017) Técnicas de pesquisa. 8 ed. São Paulo: Atlas.

Meschkat, K. (2016). Os governos progressistas e as consequências do neoextrativismo: interesse geral da nação versus interesses particulares. In: DILGER, G. et al. (orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia, Elefante: 336-351.

Minayo, M. C. S. (1994). Pesquisa social, teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Moraes, F. C., & Sorrentino, M. (2017). Agroecologia, movimentos sociais e bem viver. In: SORRENTINO, M. et al (orgs.). Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural: 135-170.

Moreno, N. I. (2012). 8 de Marzo: las mujeres indígenas seguimos luchando. Enlace Indígena, 8 mar. 2012. Retirado de https://movimientos.org/es/enlacei/show_text.php3%3Fkey%3D20385

Organização das nações unidas (ONU). (1992). Declaração de princípios sobre as florestas. Retirado de <https://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-3annex3.htm>

Organização das nações unidas (ONU). (2015). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Retirado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

Peña, G., & Mireya, M. (2007). Los desafíos del reconocimiento del derecho indígena: estudio del caso colombiano. Boletín de Antropología del Universidad de Antioquia, 21, 38: 201-226.

Pfrimer, M. H. (2008). A guerra da água em Cochabamba, Bolívia: desmistificando os conflitos por água à luz da geopolítica. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. LANDER, E. (org.). La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, UNESCO.

Santos, B. S. (2007). Another Knowledge is Possible. London: Verso.

Sousa, A. A. (2015). Movimento Indígena no Equador: a Conaie na Conformação de um Projeto de Estado (1980-2000). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Streck, D. R. (2009). Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico. Educ. Soc., 30 (104): 539-560.

Svampa, M. (2016). Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G. et al. (orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia, Elefante: 140-171.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Natália de Oliveira Melo – 73 %

Timothy Denis Ireland – 27 %